

N. F. Nº - 092268.0420/24-8
NOTIFICADO - LUÍS ANTÔNIO CHAVES MAGALHÃES LTDA.
NOTIFICANTE - IVA BRANDÃO OLIVEIRA
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO / POSTO FISCAL HONORATO VIANA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 11.12.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0270-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial antes da entrada de mercadorias no Estado da Bahia. Notificada recolheu o tributo após a instantaneidade da ação fiscal. Infração Subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em **04/06/2024**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 5.648,55, mais multa de 60%, no valor de R\$ 3.389,13 totalizando o montante de **R\$ 9.037,68** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

“Aquisição mercantil interestadual de diversos produtos constante do DANFE de nº. 104.075 destinados a contribuinte em situação fiscal de descredenciamento por restrição em dívida ativa, conforme Termo de Ocorrência Fiscal de nº. 2103801032/24-7.”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº. **092268.0420/24-8**, devidamente assinada pela Agente de Tributos (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); o **Termo de Ocorrência Fiscal de nº. 2103801032/24-7, lavrado às 14h59min da data de 04/06/2024** (fls. 03 e 04); o DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-es) de nº. **104.075**, procedente do **Estado de São Paulo** (fl. 05), emitida **na data de 21/05/2024**, pela Empresa Multiperfil Grasser Indústria e Comércio de Perfilados Ltda. que carregava as mercadorias de NCM de nº. **7216** (Perfilado regulador para canaleta, Guia, Canaletas e Montante); a consulta da situação da Notificada constando como “Contribuinte Descredenciado” – Contribuinte com restrição de crédito – Dívida Ativa, efetuada na data de **04/06/2024** (fl. 10); consulta dos pagamentos realizados pela Notificada na data de **04/06/2024** (fl. 07), “Não foi localizado pagamento para o usuário informado”; documentos do veículo e motorista (fl. 10).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de advogado, manifestando impugnação, (fls. 16 a 21) protocolizada no CONSEF/COORDENAÇÃO/ADM na data de 09/08/2024 (fl. 15).

Em seu arrazoado a Notificada iniciou sua peça de defesa requerendo que desde já, com fulcro no artigo 272, § 5º do CPC, que todas as intimações alusivas ao presente feito sejam dirigidas exclusivamente aos Patronos da notificada e endereçadas a estes no endereço constante do rodapé da presente petição, em razão da celeridade processual.

Discorreu no tópico “**Dos Fatos**” a infração lhe imputada, consignando que a presente lavratura não deve prosperar tendo em vista que a Nota Fiscal de nº 104.075 (Doc. 04) referente a ação fiscal

em comento, já teve o ICMS recolhido, conforme se comprova com a juntada do DAE e respectivo comprovante em anexo (Doc. 05).

Tratou no tópico “**Do Direito**” onde inicialmente descreveu o art. 2º do RPAF/BA/99 frisando que o referido decreto, prevê os princípios de direito que devem ser perseguidos no processo administrativo fiscal, com destaque aos princípios da verdade real e da ampla defesa, razão porque os eminentes julgadores devem perquirir a verdade fática, abstraindo a versão unilateral da autoridade fiscal, notadamente para combater eventuais excessos decorrentes do exercício do Poder de Polícia Administrativa, sendo que a penalidade somente deve ser aplicada à luz de documentos comprobatórios da suposta infração.

Asseverou que como as pessoas são inteiramente livres para agir desde que não exista uma lei determinando um comportamento diferente, o administrador público não pode agir ao seu livre-arbítrio, somente podendo se comportar conforme o ordenamento predeterminado pelo legislador, ficando obrigado a agir de acordo com o que determina a legislação sendo que a inobservância dessa vinculação corre o risco de violar as disposições do artigo 142 do Código Tributário Nacional, que assim determina.

Lembrou os dizeres da Professora Maria Sylvia Zanella di Pietro, que o ato administrativo de medida de polícia, ainda que seja discricionária, sempre esbarra em algumas limitações impostas por lei, quanto à competência, à forma, aos fins e mesmo com relação aos motivos ou ao objeto acrescentando que diante da ausência de formalidade essencial acima mencionada, diante da ocorrência de vício insanável, em estrita consonância com o artigo 18, IV, “a”, do RPAF/BA/99, aprovado pelo Decreto de nº 7.629/99, quando o lançamento não contiver elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração e o infrator, este Egrégio Conselho Fazendário Baiano deve decidir pela nulidade/improcedência do lançamento de ofício citando decisões do conselho a este respeito.

Finalizou no tópico “**Dos Pedidos**” onde requereu a NULIDADE da Notificação Fiscal por ser de direito e da mais LÍDIMA JUSTIÇA.

A Notificante prestou Informação Fiscal à folha 45 onde em suas considerações consignou que em que pese a Notificada ter realizado o pagamento no dia 06/06/2024, tal pagamento foi intempestivo, tendo em vista que a Notificação Fiscal foi lavrada no dia 04/06/2024, afastando a espontaneidade do benefício.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, Trânsito de Mercadorias, lavrada em **04/06/2024**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 5.648,55, mais multa de 60%, no valor de R\$ 3.389,13 totalizando o montante de **R\$ 9.037,68** em decorrência do cometimento da Infração (054.005.008) **da falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto

e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade.

Em apertada síntese, no mérito, a Notificada consignou que efetuou o pagamento do imposto devido, DANFE de nº 104.075, em 06/06/2024 no montante total de R\$ 11.376,82, DAE de nº 2015720713.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do **Posto Fiscal Honorato Viana** (fl. 01), relacionado ao DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-es) de nº 104.075, procedente do **Estado de São Paulo** (fl. 05), emitida na data de **21/05/2024**, pela Empresa Multiperfil Grasser Indústria e Comércio de Perfílados Ltda. que carrega as mercadorias de NCM de nº 7216 (Perfílado regulador para canaleta, Guia, Canaletas e Montante) **sem o pagamento da Antecipação Parcial, antes da entrada no Estado da Bahia**, conforme disposto inciso III, alínea “b” do art. 332 do RICMS/BA/12 observado o disposto nos §§ 2º e 3º assistindo-se que o descredenciamento se deu em razão do **inciso II do § 2º** de possuir débito inscrito em Dívida Ativa.

“III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

(...)

b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;

(...)

*§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por **antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal**, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

(...)

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

Constato que os produtos adquiridos pela Notificada não têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, por inexistir previsão em Convênio, Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I, razão pela qual não pode ser considerado produto sujeito ao regime de substituição tributária, mas tão somente à Antecipação Parcial do ICMS. E, uma vez sujeitos ao Regime de Antecipação Parcial do ICMS, a base de cálculo é apurada sobre o valor da operação constante nas NF-es de nº 104.075 (art. 23, inciso III da Lei 7.014/96), aplicando, no que couber, o art. 12-A da Lei de nº 7.014/96.

Em relação ao credenciamento, realizei consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de Controle de Mercadorias em Trânsito - SCOMT, donde constatou-se que **no momento da instantaneidade da ação fiscal, na data de 04/06/2024 (Termo de Apreensão de nº 2103801032/24-7, lavrado às 14h59min – fl. 03)** a Notificada encontrava-se com sua situação cadastral na condição de DESCREDENCIADO, **desde 01/06/2024**, “Contribuinte com restrição de crédito – Dívida Ativa” o que a **impossibilitaria** de usufruir do benefício concedido de postergação do pagamento do ICMS da Antecipação Parcial estabelecido **até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e.**

8651022 LUIS ANTONIO CHAVES MAGALHAES LTDA
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
01/06/2024 sim desde 01/06/2024
73285883 Baixa: Ainda vigente

Pequenas Empresas Conta Corrente
Contribuinte com restrição de crédito-Dívida Ativa

EMPRESA PEQUENO PORTE

Do deslindado, constatei o recolhimento, pela Notificada, **na data de 06/06/2024**, através do Documentos de Arrecadação Estadual – DAE de nº 2015720713, o valor no montante de R\$ 11.376,82, sob o código de receita de nº 2175 (ICMS – Antecipação Parcial), conforme figura a seguir, abarcando 04 Notas Fiscais, dentre elas a da presente notificação, efetuado de forma **extemporânea à legislação, e posterior à instantaneidade da ação fiscal ocorrida no Posto Fiscal Honorato Viana, na data de 04/06/2024**, realizado no **Guichê do Caixa** na Cidade de Santo Amaro, sendo forçoso reconhecer não haver mais a espontaneidade conforme critério legal disposto no parágrafo único do artigo 138 do Código Tributário Nacional – CTN.

Art. 138

(...)

“Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.”

Dados do DAE emitido							
Seq dae emitido	2015720713						
Receita	2175 - ICMS - ANTECIPACAO PARCIAL						
Emissão documento	2 - Internet						
Documento Sefaz	3 - Dae - documento de arrecadação estadual						
Município/UF	19203 - LAURO DE FREITAS - BA						
Projeto	PIN - Projeto Internet / Intranet Senha						
Tipo referência	1 - Mês / Ano de Referência			Referência	52024		
Tipo documento origem				Documero Origem			
Inscrição estadual	73285883			Cnpj			
Código poder		Código secretaria		Código unidade contábil			
Código poder destino		Código secretaria destino		Código unidade contábil destino			
Código unidade orçamentária origem		Código unidade gestora origem		Código unidade orçamentária destino		Código unidade gestora destino	
Placa IPVA		Cota IPVA		Nota Fiscal			
Data de vencimento	25/06/2024		Data de pagamento	25/06/2024		Data atualização	05/06/2024 09:36:00
Valor principal	11.376,82		Correção	0,00		Valor multa	
Acréscimo	0,00		Valor total	11.376,82			
Receita acumulada			Compras Acumuladas				
Imposto devido			Dedução do imposto				
Código barras	858800001136768200052024406252015724071321751930						
Inf. Complementares	<p>O pagamento poderá ser efetuado por Código de Barras (Bancos Credenciados) e/ou QRCode (qualquer Banco). Pagamento com PIX somente mediante leitura do QRCode.</p> <p>Pagável até: 25/06/2024. Após esta data deverá ser emitido outro Dae com nova data máxima de pagamento.</p> <p>Emitido via: INTERNET</p> <p>Notas Fiscais: 4</p> <p>104081 // 104082 // 104083 // 104075</p>						

Isto posto, entendo que a ação fiscal realizada pela Notificante, seguiu o que estabelece a legislação fiscal referente ao recolhimento do ICMS que deveria ter ocorrido **na data de emissão do MDF-e, e antes da entrada no território deste Estado**, no prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária, e, portanto, julgo PROCEDENTE a Notificação Fiscal.

Ressalta-se que a Notificada poderá requerer à Gerência de Controle da Arrecadação de Tributos – GEARC a compensação dos valores pagos, através do DAE supracitado, cabendo à Notificada após o requerimento deste pedido complementar a quitação do lançamento com os devidos acréscimos legais.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **092268.0420/24-8**, lavrada contra **LUÍS ANTÔNIO CHAVES MAGALHÃES LTDA.**, devendo ser intimada a Notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 5.648,55**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei de nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 12 de novembro de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR

